



Educação especial e ser deficiente: reflexões em torno de uma inclusão excludente

Special education and being deficient: reflections around exclusionary inclusion

Carolina Sena do Vale Sandres¹; Cristiano Cezar Gomes da Silva²;
Maiara Cristine Oliveira de Almeida³

¹Psicóloga – Universidade Federal de Alagoas, Pós graduada em Psicomotricidade(Universidade Barão de Mauá), servidora da Prefeitura Municipal de Arapiraca, Arapiraca – AL, carolinasvale@hotmail.com;

²Professor do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC), da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), cristianocezar.pe@bol.com.br;

³Fonoaudióloga – Uncisal, Pós graduada em Educação inclusiva, servidora da Prefeitura Municipal de Arapiraca, Arapiraca – AL, maiara_cristine@hotmail.com

Recebido em: 14 de novembro de 2019; Aceito em: 05 de janeiro de 2020; publicado em 10 de 01 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: Este trabalho busca discutir aspectos da educação especial a partir da discussão acerca da inclusão e do estereótipo do sujeito com deficiência, visando refletir como isso implica na construção de sujeitos na contemporaneidade e a inserção do diferente na sociedade. Ao problematizar conceitos relacionadas com a construção de identidades e diferenças na deficiência podemos compreender como as práticas escolares de inclusão estão sendo construídas. Para isso, utilizaremos autores como Bhabha (1998), Benedict (2000), Freud (1921), Hall(2000), Mrech (1999), Vasques (2007) e Veiga-Neto e Lopes (2007) como teóricos que fundamentaram as propostas e reflexões apresentadas neste trabalho. A construção do mesmo se deu a partir de uma pesquisa de cunho teórico, onde a perspectiva dos estudos culturais foi utilizada como subsídio que sustentam a discussão proposta neste trabalho. Discutir os processos inclusivos pensando nessa perspectiva permite que a sociedade possa compreender como identidade na pessoa com deficiência pode ser pensado como uma construção cultural, a partir das diferenças, sendo construída por vários, produzidas nos entrelugares, saindo de um contexto de estereótipos que reforçam e apagam as diferenças nos processos inclusivos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial. Inclusão. Identidade. Diferença. Estereótipo.

ABSTRACT: This paper discusses aspects of special education from the discussion about the inclusion and stereotype of the subject with disabilities, aiming to reflect how this implies the construction of subjects in contemporary times and the insertion of the different in society. By problematizing concepts related to the construction of identities and differences in disability we can understand how school inclusion practices are being constructed. For this, we will use authors such as Bhabha (1998), Benedict (2000), Freud (1921), Hall(2000), Mrech (1999), Vasques (2007) and Veiga-Neto and Lopes (2007) as theorists who supported the proposals and reflections presented in this paper. The construction of the same was based on a theoretical research, where the perspective of cultural studies was used as support to support the discussion proposed in this paper. Discussing inclusive processes thinking from this perspective allows society to understand how identity in people with disabilities can be thought of as a cultural construction, based on differences, being built by many, produced in the interlaces, leaving a context of stereotypes that reinforce and erase differences in inclusive processes.

KEYWORDS: Special education. Inclusion. Identity. Difference. Stereotype.

INTRODUÇÃO

O conceito de educação especial e o seu surgimento são decorrentes da valorização pós-moderna de movimentos que reconhecem a importância da multiculturalidade, de um momento de mudanças na compreensão dos sujeitos, através das políticas de afirmações étnicas, do reconhecimento e valorização de culturas diversas, raciais, indígenas e de gênero. É no bojo dessas discussões que surgiram também uma proposta de inclusão da pessoa com deficiência, e da inserção dos mesmos em diversos campos da sociedade.

Nesse sentido, é importante que possamos questionar e problematizar a importância das discussões culturais em torno da constituição daquilo que chamamos de educação especial e processos inclusivos, se entendemos como Benedict (2000) que a cultura funciona como a sustentação de um povo e que ela justifica a exploração de determinados traços e possibilidades, se faz importante que possamos avaliar como conceitos que permeiam a constituição cultural, como identidades, diferenças e estereótipos estão sendo pensados na educação especial, para que desse modo possamos compreender como estes implicam na construção de sujeitos na contemporaneidade e a inserção do diferente na sociedade. Ao problematizarmos conceitos relacionadas com a construção de identidades e diferenças na deficiência, podemos compreender como as práticas escolares de inclusão estão sendo construídas.

No Brasil, as discussões em torno da legislação da educação especial, direcionada para esse público, surgem a partir de 1948 com a Declaração Universal de Direitos Humanos, sendo seguida, no ano de 1961, pela Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, documento que rege sobre a necessidade de inserir a pessoa com deficiência no sistema geral de educação, a fim de integrá-la à comunidade. Até a atualidade, o país possui 36 documentos que legislam questões relativas ao processo de inserção dessas pessoas na escola regular e das normas de funcionamento para isso. Entretanto, percebemos que se trata de uma dinâmica de processos recentes, onde os segmentos desses marcos regulatórios se encontram em processo de construção.

Abramowics, Rodrigues e Cruz (2011) apontam que nos processos inclusivos atuais existem uma indiferenciação entre o conceito de identidade e diferença, onde são escondidas as desigualdades e as diferenças. Desse modo, os autores sustentam que o uso indiscriminado da palavra diferença e diversidade serve para um esvaziamento político e

social do que significa diferença. Portanto, ao tratar diversidade e diferença como quase sinônimos, é produzido um esvaziamento da diferença.

Assim, a discussão e problematização de conceitos ocorrem como processos fundamentais para a compreensão dos processos inclusivos que ocorrem atualmente no Brasil ao considerarmos como a diferença é entendida na construção das políticas públicas e de como estamos produzindo sujeitos na pessoa com deficiência.

Para isso se faz fundamental observarmos quais posições esses sujeitos vêm ocupando dentro dos processos inclusivos, sendo necessário termos em mente que a identidade não é nunca unificada (HALL, 2000), mas que essas são posições que o sujeito ocupa, e que opera por meio das diferenças, culturalmente construídas, sendo assim, podemos construir uma discussão em torno da diferença como ponto central para a compreensão da educação especial como uma política pública que possui a necessidade de uma renovação de paradigma, considerando a heterogeneidade de pessoas e sujeitos constituintes da educação especial.

A construção deste trabalho, é desse modo resultante de práticas realizadas enquanto profissionais atuantes, é fruto do processo de reabilitação de crianças especiais e dos questionamentos trazidos de forma constante por pais, cuidadores e professores destas crianças, além dos seus desafios e vivências nos processos de inclusão no ambiente escolar e da necessidade de se investigar e pensar em modos de colaborar para que as políticas inclusivas possam atuar respeitando as diferenças e a heterogeneidade destas pessoas nos processos educacionais.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esse trabalho foi construído a partir de uma revisão integrativa da literatura, visando organizar as informações sobre a temática, de maneira ampla, mas com critérios de busca pré-estabelecidos. Utilizando os indicadores educação especial, inclusão, identidade e diferença

A busca por artigos foi feita por consulta às bases de dados SciElo e portal de periódicos CAPES, além de ter sido utilizados as obras dos teóricos Bhabha (1998), Benedict (2000), Freud (1921), Hall (2000), essa revisão foi realizada no período de Julho e Agosto de 2019.

PENSANDO O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DOS PROCESSOS INCLUSIVOS NO BRASIL

A Constituição Federal do Brasil (1988) garante, em seu artigo 5º, o direito à igualdade, e trata a partir do artigo 205 do direito à educação. Assim fica estabelecido que todos possuem direito ao pleno desenvolvimento e a sua qualificação e preparo para o trabalho. A lei brasileira passa, então a garantir o direito e a obrigação do Estado com relação à educação, exigindo que todas as crianças estejam inseridas no processo educacional, porém essa normatização só foi, de fato, consolidada a partir de 2001 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que passou a determinar como funcionaria a organização escolar e o modo de funcionamento da educação especial no Brasil.

A referida lei, criou a obrigatoriedade de que as crianças com necessidades educativas especiais possam frequentar escolas normais, que atendimentos especializados passem a existir no ambiente escolar e que centros especializados sejam criados para atender as necessidades que precisam ser trabalhadas fora do ambiente escolar.

Entretanto, apesar da lei brasileira só garantir esse direito a partir da década de 1990, as reflexões em torno da educação especial surgem bem antes disso, quando países da Europa, juntamente com os EUA passam a observar as necessidades de mudanças no modo como vinha sendo realizada a educação dessas crianças. Então, a respeito disso a UNESCO (1994) estabeleceu os critérios e objetivos da educação especial de crianças especiais, definindo que planos de educação deveriam ser construídos a partir de cada caso.

Assim, percebemos que a educação especial passou a adquirir um caráter de mudanças que surgem com o próprio momento histórico do período, sendo iniciado um movimento em busca da inclusão dessas crianças, ideal que só posteriormente foi inserido na legislação brasileira. A educação começa a assimilar um caráter inclusivo a partir de reformas que ocorrem ao longo da história da sociedade, na luta dos excluídos e daqueles menos favorecidos e estigmatizados no decorrer da construção social. Vemos então, como a inclusão faz parte de um processo além daqueles propostos na educação, pois está inserida na tentativa de mudanças e reformas na própria sociedade.

Segundo Mrech:

A educação inclusiva não surgiu ao acaso. Ela é um produto histórico de uma época e de realidades educacionais contemporâneas. Uma época que exige que nós abandonemos muitos dos nossos estereótipos e preconceitos, na identificação do verdadeiro objeto que está sendo delineado em seu bojo. [...] Os seus eixos básicos se constituíram a partir do entroncamento de quatro fontes básicas: a emergência da psicanálise, a luta pelos direitos humanos, a pedagogia institucional e o movimento de desinstitucionalização manicomial. (MRECH, 1999, p. 3)

Portanto, vemos como esses ideais surgem de movimentos que procuram dar lugar e palavra aos sujeitos que anteriormente estavam à margem da sociedade. Na luta por esses direitos, a educação especial começa a refletir a respeito das mudanças necessárias no seu modelo pedagógico para que de fato a mesma possa ser um projeto singular de cada criança, é assim que ela começa a discutir as propostas inclusivas no seu projeto.

Nesse sentido, a educação especial começa a tomar para si os ideais da inclusão, procurando inserir na sua prática a criança que anteriormente estava excluída do processo educacional e da construção da comunidade escolar, estando reservada para si somente as escolas especiais, sendo a mesma segregada ainda mais na sua diferença. Assim, a pessoa que era considerada excluída da sociedade, considerada diferente do ideal de normalidade passou a ocupar uma outra posição na sociedade, possuindo igualdade de direitos nos processos educacionais. Desse modo, tem se início a popularização das discussões sobre os modelos de educação especial, dos processos inclusivos e dos termos como identidade, diferenças e diversidade passam a se tornar campo de estudos de pesquisas.

Porém, observamos que ao tomar para si as ideias contidas na inclusão, a educação especial encontra dificuldades em transformá-las em práticas, dificuldades relacionadas à própria sociedade e a ausência de reflexões a respeito do que vem sendo realizado para a transformação do proposto em realidade.

PROBLEMATIZAÇÕES EM TORNO DOS PROCESSOS INCLUSIVOS A PARTIR DOS CONCEITOS DE IDENTIDADE, DIFERENÇA E ESTEREÓTIPO

Ao consideramos que na sociedade contemporânea o diferente não têm espaço, sendo, invisibilizado e apagado do campo social, vemos o desafio de se trabalhar na educação especial com o ideal inclusivo, visto que a construção de políticas de inclusão

no Brasil parece não problematizar conceitos e construções sobre o ser deficiente e de como isso vem sendo construído culturalmente na sociedade. Sobre isso, Veiga-Neto (2007) destaca como as políticas de inclusão podem ser dispositivos biopolíticos para governar e controlar a população, destacando que ao se realizar uma ênfase de educação para todos, corremos o risco de realizar uma inclusão que exclui as diferenças.

Sobre esse movimento realizado pelas políticas de inclusão, Silva (2010, p. 166) destaca que se percebe uma tentativa de naturalizar as diferenças dos alunos com necessidades educativas especiais e enquadrá-los em categorias ordenadoras previamente estabelecidas. Assim, ao naturalizar buscamos homogeneizar a educação especial, naturalizando sujeitos e corpos distintos como seres idênticos, dotados de características idênticas, que servem a um dispositivo político específico.

O modelo escolar, ainda acaba por funcionar como mais uma instituição reguladora, que nega as diferenças ao padronizar e categorizar todos dentro um mesmo grupo, onde todos devem ser iguais, com categorias semelhantes que caracterizam o que é ser aluno. Observamos assim, que os processos escolares e pedagógicos ainda encontram dificuldades em compreender o diferente por um viés defendido na interculturalidade e na valorização das diferentes culturas no contexto escolar.

Ao pensarmos que a escola é um local que funciona como regulador de normas e regras da sociedade, podemos refletir sobre como na inclusão da pessoa com deficiência, a mesma também vai apresentar uma função política, sendo possível constatar essa função nos próprios documentos regulatórios das políticas de inclusão, onde é enfatizada a escola como um direito de todos, se utilizando da premissa de que “ser deficiente é ser normal”, apagando do campo das discussões as diferenças e processos culturais e sociais que estão implicados na inserção dessas pessoas no contexto escolar.

Dessa maneira, contraditoriamente, constroem-se novas exclusões, pois, “os sujeitos do discurso são construídos dentro de um aparato de poder que contém, nos dois sentidos da palavra, um “outro” saber – um saber que é retido e fetichista e circula através do discurso colonial como aquela forma limitada de alteridade que denominei estereótipo” (BHABHA, 1998, p. 120).

Sabemos que a educação inclusiva parte das mudanças desse paradigma, onde a alteridade deixe de assumir um caráter de fixidez no discurso, negando ao outro suas diferenças. Sendo necessário, para isso, evidenciar como as políticas de inclusão atualmente tratam a diferença a partir de uma idéia de diversidade, sendo a mesma entendida como um conjunto de identidades diversas e de estereótipos sobre o ser

deficiente. Assim, os ideais de diversidade buscam e se utilizam de duas estratégias específicas, a primeira busca homogeneizar os diversos como um único grupo dos incluídos ou realizando ainda mais divisões, criando pequenos grupos de categorias, reforçando estereótipos.

Entretanto, como aponta Bhabha(1998) é importante compreendermos como esse discurso produz processos de subjetivação. Para isso, se faz importante que as políticas públicas de inclusão sejam construídas a partir da singularidade, realizando mudanças de paradigma de uma inclusão baseada na diversidade, para a compreensão da importância das diferenças como eixo constituinte dos processos de inclusão, onde possamos considerar cada criança como uma, com modos e formas de aprender que dizem respeito a sua subjetividade. Analisando por esse viés, vemos então, como eles podem ser reconhecidos na sua singularidade, na sua diferença e nas possibilidades de surgimento de um sujeito que foi esquecido e substituído por aluno com síndrome x, ou deficiente y e de que o professor nada quer saber sobre.

Observamos, que a mudança para a defesa dos direitos iguais e as superações vindas da construção dos estereótipos é um movimento complexo, que exige o respeito as diferenças e na compreensão do que constitui a mesma. Pois, a depender dos contextos e discursos, dos jogos políticos que estão inseridas, acabamos por legitimar e reafirmamos os processos exclusivos dentro da educação especial e da inclusão. A construção da identidade na pessoa com deficiência e suas políticas públicas perpassa, desse modo, principalmente dessa discussão, do reconhecimento de ser diferente e na superação de estereótipos que generalizam os sujeitos com deficiência como uma única identidade.

Ao se refletir o processo de inclusão como um ato fundamental, a partir do qual os alunos considerados e diagnosticados como especiais podem ser inseridos e reconhecidos por um outro, ocupando um lugar social, não mais determinado por marcas no corpo biológico. Freud (1921, p.89) indica que “só desenvolvemos nossa capacidade de acolher o outro quando ele nos traz alguma semelhança, quando nos encontramos, de certa forma, capazes de considerá-lo como semelhante”.

E essa é, sem dúvida, um dos principais objetivos da educação inclusiva, acolher e criar espaço de encontros para essas crianças. Criando a partir das diferenças de cada um, processos identificatórios, que não excluem, mais que reafirmam a ambivalência, a hibridização dos processos culturais e o respeito a essas diferenças. A escola é um processo privilegiado de encontro de diferentes, com contextos sociais e culturais

distintos, que oferecem possibilidades de criação dos espaços que vão sustentar e orientar os sujeitos da nossa sociedade, sendo estes capazes de realizar mudanças sociais baseadas no ideal de respeito ao diferente.

Nesse sentido, podemos pensar nos processos inclusivos na escola, como a criação de espaço onde as diferenças são o enfoque dessa construção, onde a mesma poderia ser pensada a partir da compreensão da construção de entrelugares, termo utilizado por Bhaba(1998), para indicar contextos intersticiais que constituem os campos identitários subjetivos ou coletivos, nas relações e nos processos interculturais.

Assim, podemos criar estratégias, onde os processos de subjetivação da pessoa com deficiência, podem produzir novas identidades, estas agora desenvolvidas a partir de uma interpretação crítica, que não resumam as identidades da pessoa com deficiência aos estereótipos já reforçados por nossa sociedade e que ainda vem sendo enfatizado nas escolas, sendo desse modo, o ambiente escolar e suas políticas uma ferramenta importante de mudanças nas representações existentes atualmente sobre a pessoa com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, essa discussão nos permite perceber um deslocamento realizado no estabelecimento do processo inclusivo. Na realidade de hoje, observamos uma educação especial que de algum modo tenta basear-se nos ideais da inclusão baseado no ideal da diversidade, sem conseguir valorizar e incluir as diferenças nesse processo.

O atual modelo de construção da educação especial nos traz as dificuldades e os desafios de se manter o caráter inclusivo do processo na educação especial, que deve ser voltado principalmente para o cuidado e o respeito pelo outro. Nessa direção, podemos como entender esse processo como o de uma inclusão excludente, isso porque as políticas estão diferenciando sujeitos para incluí-los a partir de normas virgentes de normalidades.

Dessa maneira, precisamos estar atentos para que as políticas públicas estejam em constante construção para que a educação dessas crianças não seja somente uma manutenção de antigos modelos e de uma reeducação no sentido normativo, mas que as práticas sejam voltadas para um lugar de importância da palavra, da importância de ser reconhecido na sua diferença e na construção de novas identidades para pessoa com

deficiência a partir de um outro lugar. Reconhecendo que esse é campo feito por vários, sendo um desafio rico em possibilidades para os profissionais que resolvem se dedicar e aceitam o desafio de incluir, apesar das dificuldades que nossa sociedade atual nos oferece, onde a todo instante observamos a tentativa de silenciar e apagar aquilo que difere, que está fora das normas e dos estereótipos criados por nossa própria cultura.

Uma das principais tarefas da educação inclusiva é que possamos ao incluir potencializar espaços de produções de identidades que valorizam as diferenças, a multiplicidade de sentidos e as singularidades da pessoa com deficiência, que este seja um processo de acolhimento, gerando e criando espaços de encontros para essas pessoas no ambiente escolar.

Assim, compreendemos a relevância da discussão acerca da construção do sujeito a partir da educação inclusiva na contemporaneidade, uma vez que tal discussão possibilita a desconstrução de estereótipos arraigados e (re)produzidos (in)conscientemente na sociedade, contribuindo, desse modo, para que a educação inclusiva não venha a ser apenas uma manutenção de antigos modelos e uma educação no sentido normativo, mas indutora de práticas voltadas para um lugar de importância do sujeito em ser reconhecido na sua diferença.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C.; CRUZ, A. C. J.. A diferença e a diversidade na educação. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 2, p. 85-97, 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38>> . Acesso em 20 de set 2019.
2. BENEDICT, Ruth. *Padrões culturais*. Tradução: Alberto Candéias. Lisboa: livros do Brasil, 2000.
3. BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
4. BRASIL. *Constituição* (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 2006.
5. BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Legislação Educação Especial*. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.ismart.org.br/downloads/ldb_destacada.pdf> Acesso em: 23 Abr 2018.
6. FREUD, S. F. Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In: *Edição Standard Brasileira de Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

7. HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu(org.). *Identidade e diferença: as perspectivas dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 103-133. 2000. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/347224997/quem-precisa-de-identidade-Stuart-Hall-pdf>> Acesso em: 27 Ago 2019.
8. MRECH, Leny Magalhães. *Educação inclusiva: Realidade ou utopia?* Apostila produzida para Mesa - Redonda do LIDE-USP/ São Paulo, 1999.
9. SILVA, K. C. Educação inclusiva: para todos ou para cada um? Alguns paradoxos(in)convenientes. *Pro-Posições*, Campinas, v.21, n. 1(61), p. 163-178, jan./abr. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a11.pdf> Acesso em: 23 abr. 2018.
10. VASQUES, C. Um estrangeiro entre nós: Psicanálise e Educação Especial: Diálogos em torno de crianças que vivem impasses em sua constituição psíquica. *Ponto de Vista*: Florianópolis, n. 9 p 25-36, 2007. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/20422>> Acesso em: 23 Abr 2018.
11. VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Educação e sociedade*, Campinas, v.28, n. 100, p. 947-963, out 2007. Acesso em: 27 Ago 2019.